

GOVERNANÇA PÚBLICA PARA A COMPETITIVIDADE NACIONAL

Políticas Setoriais

Com base no Referencial para Análise de Governança em Políticas Públicas, publicado pelo TCU em 2014, foram realizadas ações de controle em políticas públicas setoriais, selecionadas por suas relações com o tema competitividade.

	Condições e Fragilidades da Governança nas Políticas Públicas	Efeitos sobre a Competitividade
<p>PIL FERROVIAS Infraestrutura de Transportes Ferroviários</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa institucionalização dos atos referentes ao programa, resultando em vários problemas, inclusive prejuízos para a transparência; • Ausência de indicadores e metas que possibilitem avaliar a eficiência e a efetividade do programa; • Ausência de motivação clara, congruente e suficiente para a escolha do novo modelo de operação; • Inexistência de critérios objetivos para a seleção e a priorização dos trechos a serem concedidos; • Falhas no planejamento decorrentes da falta de integração dos novos projetos à malha ferroviária já existente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em comparação com outros países de dimensões semelhantes, como China, EUA, Austrália, Canadá e Rússia, o transporte ferroviário na matriz de carga brasileira é reduzido, o que acarreta elevados custos logísticos.
<p>TRABALHO Intermediação de Mão de Obra</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos destinados a essa atividade têm sido incomparavelmente menores do que as necessidades do setor; • O ínfimo investimento reflete-se claramente nos serviços prestados pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), que se mostram com elevada deficiência; • Quase a totalidade dos recursos são aplicados em políticas passivas, em detrimento das políticas ativas, afetando diretamente o mercado de trabalho, gerando prejuízos por toda a cadeia produtiva e, em última instância, à competitividade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo investimento em políticas ativas, capazes de reduzir o desemprego friccional, com vistas ao alcance do pleno emprego e à ampliação do uso dos fatores de produção.
<p>COMÉRCIO EXTERIOR Tratamento Administrativo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estimativa dos recursos orçamentários necessários aos projetos associados; • Ausência de previsão para a forma e o período de monitoramento e avaliação dos projetos; • Fragmentação do Siscomex em diversos sistemas e órgãos dispersos. O Siscomex é o sistema em que são executadas as operações de comércio exterior; • Como ponto positivo, destaca-se o aprimoramento dos mecanismos de governança relativos à institucionalização formal da política pública, por meio do “Programa Portal Único de Comércio Exterior”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados custos e tempos gastos nos desembaraços burocráticos, imputando prejuízos para as transações comerciais com outros países.

Condições e Fragilidades da Governança nas Políticas Públicas

Efeitos sobre a Competitividade

SAÚDE Pactuação Federativa no Âmbito do SUS



- Fragilidade da articulação federativa - menos de 7% do total das regiões de saúde brasileiras (438) assinaram o COAP, documento instituído para organizar as responsabilidades de cada ente;
- Ausência, no COAP, de indicação clara e específica nas normas acerca das responsabilidades dos estados e da União;
- Fragmentação de políticas incentivadas pelo Ministério da Saúde, o que dificulta o cumprimento das múltiplas regras pelos municípios, bem como a priorização de iniciativas;
- Falta de consistência nos apoios federais à regionalização, pois o apoio financeiro e a orientação técnica mais próxima dos municípios, embora existentes, mostraram-se instáveis.

- Impactos sobre a qualidade de vida e a produtividade dos trabalhadores, gerando custos adicionais para as empresas e aumento dos gastos governamentais com seguridade social.

MOBILIDADE URBANA



- Apesar de haver política formalmente instituída pela Lei 12.587/2012, existe um descompasso entre a diretriz nacional (que prioriza modos de transporte não motorizados e serviços de transporte público) e os critérios de seleção das propostas de intervenção de mobilidade urbana de estados e municípios;
- Metas e indicadores incapazes de sinalizar o progresso e o alcance dos objetivos da política nacional de mobilidade urbana;
- Esforço cooperativo insuficiente entre as esferas de governo para a adequada implementação da política.

- Aumento de custos diretos e indiretos com transporte de pessoas, bens e serviços;
- impactos negativos sobre a produtividade do trabalhador; e
- danos ao meio ambiente.

INOVAÇÃO Contratos de Gestão no MCTI



- Ausência de regulamentação da Lei 9.637/1998, gerando insegurança sobre a contratualização de resultados com Organizações Sociais (OS);
- Falta de transparência sobre as ações e gastos realizados pelas OS;
- Capacidade organizacional deficiente para a supervisão da política e ausência de política de gestão de riscos e de estrutura de controles internos.

- Perda relativa da eficiência de fatores produtivos, em uma economia com reduzido avanço tecnológico;
- Condições precárias de competição com economias mais avançadas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA



- Os mecanismos e instrumentos necessários para caracterizar um adequado sistema de avaliação ainda não se encontram suficientemente implantados;
- Os institutos federais apresentam pouca maturidade na adoção de boas práticas relacionadas às suas unidades de auditoria interna;
- Ainda é modesta a articulação das instituições de ensino junto aos setores produtivos e às agências de fomento.

- Perda relativa de produtividade dos trabalhadores e das empresas;
- Insuficiência de mão de obra qualificada para diversas áreas produtivas.